

NOVO GOVERNO

Grupo técnico da Educação vê dificuldade para pagar despesas imediatas. Para saldar compromissos, seria preciso um aporte de cerca de R\$ 480 milhões ao orçamento do MEC

Falta de verba afeta Sisu e livro didático

» TAINÁ ANDRADE

O grupo técnico da Educação do governo de transição está diante de uma possibilidade de que o novo governo comece sem ter como pagar os fornecedores de livros didáticos da rede de ensino básico e os serviços digitais que atendem ao Ministério da Educação, que podem prejudicar os estudantes que se candidataram ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) ou que pretendam se submeter ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2023. Os coordenadores acusaram a atual gestão do MEC de má administração dos recursos orçamentários, situação agravada com o bloqueio determinado pelo Ministério da Economia.

Segundo os integrantes do setorial, o quadro é encontrado até agora é desolador. Despesas imediatas que deveriam ser pagas em janeiro — como a produção de livros didáticos, o pagamento de 100 mil pesquisas aprovadas junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e aproximadamente 14 mil médicos residentes dos hospitais universitários — provavelmente não serão honradas. “O limite orçamentário pode gerar uma situação, no caso do livro didático, onde não teremos empenho nem para a contratação. Isso implicará em atraso na entrega do material nas escolas de ensino básico”, alertou o ex-ministro da Educação José Henrique Paim, integrante do grupo de trabalho.

Wilton Junior/Estadão Conteúdo



Mercadante lembrou que o Programa do Livro Didático, de excelência reconhecida, corre risco por falta de dinheiro

A preocupação maior é com os prazos exíguos entre o pagamento, a confecção e a entrega dos livros pelas editoras. “O Programa Nacional do Livro Didático é um programa premiado e reconhecido internacionalmente. Como é que você vai começar o ano letivo se os estudantes vão entrar na sala de aula sem o material para poder aprender?”, questionou Aloizio Mercadante, coordenador da do governo de transição.

Os integrantes também estão preocupados com os contratos de fornecimento de serviços digitais ao MEC, que podem ser

paralisados por falta de pagamento. Caso isso aconteça, vários serviços voltados para o estudante ficarão prejudicados — entre eles o sistema de matrículas do ministério e a abertura de vagas para o Sisu, plataforma na qual os vestibulandos se cadastram para concorrerem às vagas nas universidades federais depois de realizarem o Enem.

“O sistema de matrículas do Ministério da Educação está comprometido com o não pagamento dos serviços dos contratos da área digital. Temos que entender cada contrato e saber o que já foi contratado e o que falta ser

executado”, explicou Paim.

O valor estimado pelo grupo de trabalho para cobrir as despesas do MEC até o final deste mês é de aproximadamente R\$ 480 milhões, que não tem previsão dentro da PEC da Transição. “É muito difícil o governo de transição resolver o problema de quem está governando. Eles é que têm que resolver. Não fomos procurados. E se tem alguém que não deve pagar por brigas políticas são as crianças. Tem alguns ministros que parecem viver em ‘panelas’, sem noção do que está acontecendo”, acusou Mercadante.

Após o choro, Bolsonaro volta ao silêncio

Depois de ser flagrado chorando na solenidade dos novos oficiais gerais das Forças Armadas, o presidente Jair Bolsonaro voltou ao silêncio, ontem, na cerimônia de posse dos novos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Messod Azulay e Paulo Sérgio Domingues. A cerimônia chamou a atenção por causa da ausência de discursos e ser protocolar. A presidente da Corte, Maria Thereza de Assis

Moura, foi a única a se pronunciar, ao desejar boas-vindas aos recém-chegados.

Bolsonaro é o responsável pelas indicações de Azulay e Domingues. Ele acompanhou a posse do palco e voltou a ficar frente a frente com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, tido como um de seus principais antagonistas no Judiciário. Na queda de braço mais

recente, Moraes multou o PL, partido do presidente da República, por contestar sem provas a segurança das urnas.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Kassio Nunes Marques completam a lista de autoridades que estiveram na solenidade. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, e o procurador-geral da

República Augusto Aras também compareceram.

Azulay é professor universitário, desembargador desde 2005 e tem um perfil de atuação considerado “garantista” — ou seja, defensor dos direitos fundamentais e das garantias processuais. Domingues foi presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e é desembargador, desde 2014, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).

SEMINÁRIO

Correio debate cenário do país em 2023

» LUANA PATRIOLINO
» MARCOS BRAZ*

O Correio Braziliense realiza, no próximo dia 15, o seminário “Desafios 2023, o Brasil que queremos” — um debate sobre as expectativas para o país no próximo ano, o primeiro do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A discussão chega no momento em que os órgãos de governo são submetidos a uma drástica redução orçamentária e que o futuro governo tenta aprovar, no Congresso, a PEC da Transição — com a qual teria folga de recursos para honrar promessas de campanha, como o pagamento dos R\$ 600 aos beneficiários do Auxílio Brasil (cujo nome será mudado para Bolsa Família a partir do próximo ano).

Entre os tópicos a serem discutidos está o equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e a social, maior preocupação do presidente eleito em função do avanço dos índices de pobreza no país. Também consta da pauta de discussões as dificuldades orçamentárias, uma vez que várias áreas estão sofrendo redução drástica de recursos — como a educação, que perdeu nada menos que R\$ 366 milhões e deixou a rede federal de ensino superior diante da impossibilidade de cumprir compromissos básicos de administração, como o pagamento de contas de luz, água

e salários de pessoal terceirizado.

“São muitas as incertezas no horizonte. A sociedade precisa se atentar para o que lhe espera e quais caminhos seguir. O Correio, como faz sempre, convidou alguns dos maiores especialistas em suas áreas para debater os principais problemas brasileiros”, destacou Vicente Nunes, correspondente em Portugal e moderador do debate.

Ele acrescenta que “é preciso que o governo eleito tenha a humildade para ouvir sugestões e críticas”. “Os nós a desatar são muitos. A questão fiscal está no topo das preocupações dos especialistas, mas a população, sobretudo a mais pobre, quer saber como ficará a educação, a saúde, o emprego, os programas sociais. Todos querem respostas”, alerta.

Pelas soluções a serem encontradas para a economia do país passam respostas para setores como meio ambiente, saúde e educação — para as quais o governo eleito criou muitas expectativas e cujas respostas serão cobradas a partir do primeiro dia. Os convidados vão analisar o contexto de curto, médio e longo prazos, e possíveis soluções para os próximos anos.

O seminário se realizará das 14h às 19h, no auditório do jornal, com transmissão ao vivo pelo site e pelas redes sociais do Correio.

Confira a programação

Abertura

- » 14h — Rodrigo Pacheco, presidente do Senado
- » 14h20 — Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central (confirmado)

1º Painel: Responsabilidade fiscal e responsabilidade social (14h40)

- » Juliana Damasceno, economista da Tendências Consultoria (confirmada)
- » José Roberto Afonso, economista e um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal (confirmado)
- » Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset (confirmado)
- » 15h30 — Simone Tebet, senadora (MDB-MS): “O social não pode esperar”

2º Painel: O crescimento passa pela infraestrutura (15h50)

- » Tony Volpon, estrategista da Wealth High Governance (confirmado)
- » Jorge Arbache, vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)
- » Zeina Latif, economista (confirmada)
- » Coffee Break (16h50)
- » 17h — Henrique Meirelles,

ex-ministro da Fazenda: “Credibilidade para o crescimento” (confirmado)

3º Painel: A sociedade quer ser ouvida — Educação

- » Cláudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais da FGV (confirmada)
- » Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Ambes) (confirmado)
- » Raphael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia da CNI e diretor-geral do Senai (confirmado)
- » Guilherme Martins, diretor de Graduação do Insper

4º Painel: A saúde como fonte de sustentabilidade da nação (18h)

- » Humberto Costa, ex-ministro da Saúde (confirmado)
- » Paulo Rebello, presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) (confirmado)
- » Marlene Oliveira, presidente do Instituto Lado a Lado (confirmado)

Encerramento

- » 18h40 — Michel Temer, ex-presidente da República (confirmado)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Corrida para pagar o Bolsa Família de R\$ 600

O Senado deve apreciar, hoje, a chamada PEC da Transição, aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com três mudanças que deverão ser consolidadas em Plenário: o espaço adicional extrateto de gastos caiu dos R\$ 175 bilhões iniciais para R\$ 145 bilhões, para acomodar o Bolsa Família (atual Auxílio Brasil); o prazo de vigência dessas regras foi reduzido de quatro para dois anos; e o tempo para o governo Lula encaminhar ao Congresso uma proposta de nova âncora fiscal passou de um ano para oito meses.

Tudo está dentro do script das negociações no Congresso. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), está empenhado na aprovação da proposta e lidera pessoalmente as negociações de bastidor. O relator da matéria, senador Alexandre Silveira (PSD-MG), propôs também mais R\$ 23 bilhões para investimentos fora do teto em caso de arrecadação de receitas extraordinárias. Na prática, o gasto extra será de R\$ 168 bilhões com o aumento de arrecadação, fenômeno previsível por causa da inflação.

Com a PEC da Transição, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva também poderá cumprir a promessa de parcela adicional de R\$ 150 para cada criança de até seis anos na família. Como o novo governo pretende passar um pente-fino na concessão do Auxílio Brasil e restabelecer os padrões de cadastramento do Bolsa Família, é possível que a folga orçamentária possibilite também honrar outros compromissos eleitorais: Farmácia Popular, reajuste da merenda escolar e do salário mínimo, e retomada dos programas de moradia popular.

A PEC precisa de pelo menos 49 votos favoráveis, em dois turnos, para ser aprovada no Senado. Estima-se que Lula já tenha garantido de 54 a 55 votos no Plenário, ou seja, cinco ou seis a mais do que os 49 necessários. Aprovada hoje, a proposta seguirá para a Câmara dos Deputados, onde a resistência será maior, principalmente com relação à vigência da proposta por dois anos. A base do atual governo está dividida: os bolsonaristas raiz não querem conceder o extrateto; o Centrão pressiona para que a medida tenha vigência por um ano, para obrigar Lula a fazer nova rodada de negociações sobre o valor das emendas orçamentárias no final do seu primeiro ano de mandato.

É uma corrida contra o tempo, porque a PEC precisa ser aprovada antes da votação do Orçamento da União de 2023. A emenda constitucional é importante porque a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proíbe criar despesa ou expandir políticas públicas sem antes apontar uma fonte de financiamento para isso. No projeto de Orçamento da União elaborado pelo governo Bolsonaro, há recursos para pagar apenas R\$ 405 mensais do Auxílio Brasil, uma despesa da ordem de R\$ 105 bilhões. Para conceder os R\$ 600 e mais R\$ 150 por criança, prometidos por Lula na campanha eleitoral, são necessários mais R\$ 70 bilhões.

Dar e receber

O buslís da aprovação da PEC é a liberação das emendas do orçamento secreto, cujo pagamento foi suspenso por Bolsonaro, em retaliação ao acordo do Centrão com Lula para aprovar a emenda — o texto garante a liberação de R\$ 23 bilhões em investimentos já neste ano, ou seja, pagar as “emendas do relator”. Bolsonaro abriu as burras do governo para vencer as eleições, ampliou o espectro de atendidos pelo Auxílio Brasil, a concessão de aposentadorias e a liberação de empréstimos da Caixa Econômica Federal nos meses que antecederam as eleições.

O presidente pretendia fazer um ajuste fiscal e queimar ativos, como a venda da Petrobras, para cobrir o rombo das contas públicas no seu governo. A cada dia que passa, a equipe de transição vem se dando conta da real situação em termos de financiamento das políticas públicas. O cenário é desolador e exigirá escolhas difíceis para Lula. A principal delas, porém, já foi feita com a PEC da Transição: ouvir o clamor das ruas e não os conselhos dos que defendem a manutenção do teto de gastos como âncora fiscal.

Com exceção dos bolsonaristas raiz, que são contra a PEC para sabotar o novo governo, e dos ultraliberais, que defendem o arrocho fiscal a qualquer preço, a maioria dos deputados pretende aprovar a PEC e liberar recursos para suas emendas. Mas não por dois anos. O Centrão prefere negociar o financiamento dos programas sociais do governo Lula a cada ano, na aprovação do Orçamento da União, na base do “é dando que se recebe”. O princípio de São Francisco de Assis, em sua famosa oração, porém, não se refere a bens materiais, mas espirituais: “Ó Mestre, / fazei que eu procure mais: / consolar, que ser consolado; / compreender, que ser compreendido; / amar, que ser amado. / Pois é dando, que se recebe. / Perdoando, que se é perdoado e / é morrendo, que se vive para a vida eterna! / Amém”.

A PEC PRECISA DE PELO MENOS 49 VOTOS FAVORÁVEIS, EM DOIS TURNOS, PARA SER APROVADA NO SENADO. ESTIMA-SE QUE LULA GARANTIU DE 54 A 55 VOTOS